



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

PAC-AUD-DAI - 12022

Código de validação: 6EF0151600

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - PAC-AUD 2023
Diretoria de Auditoria Interna



PAC-AUD-DAI - 12022 / Código: 6EF0151600
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. METODOLOGIA	3
3. CAPACITAÇÕES PREVISTAS	4
4. RESPONSABILIDADE PELO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	14
5. SUBMISSÃO À UNIDADE RESPONSÁVEL POR CAPACITAÇÃO	14



1. APRESENTAÇÃO

Diante da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2023 (PAAI/2023), aprovado pelo ATOPRESIDENCIA-GP-882022-processo nº 45687/2022 digidoc, contemplando todas as atividades a serem desenvolvidas pelos servidores lotados na Diretoria de Auditoria Interna (DAI) e em suas duas Coordenadorias, de Auditoria (CAUD) e de Avaliação de Controles Internos e de Monitoramento (CACIM), procedeu-se ao planejamento das capacitações necessárias ao preparo da equipe.

O PAC-Aud é uma exigência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consoante artigos 69 a 73 da Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020. Foi regulamentado internamente no Estatuto de Auditoria Interna deste Poder Judiciário (RESOL-GP 602020, artigos 75 a 83).

A finalidade do PAC-Aud é desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor. Para tanto, considera as lacunas de competência dos servidores e os temas das auditorias e demais atividades previstas no PAAI.

2. METODOLOGIA

Prioritariamente, a elaboração do PAC-Aud teria que levar em consideração o mapeamento de competências individuais dos servidores (art. 69, § 1º, da Resolução CNJ nº 309). Considerando que essas informações não se encontram disponíveis, estando em curso trabalho de mapeamento de competências setoriais por parte da Diretoria de Recursos Humanos, não puderam subsidiar o PAC-Aud 2023.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Com isso, a definição das ações de capacitação dos servidores que desenvolvem atividade de auditoria interna, foi realizada de forma consentida entre servidores lotados na DAI e Coordenadorias vinculadas, mediante preenchimento de formulário com indicações das áreas de interesse relacionadas às atividades a serem desempenhadas, priorizando-se para tanto, a necessidade de conhecimento e domínio individuais de cada um dos servidores; o alinhamento de cada uma das temáticas previstas neste PAC-Aud com os objetivos estratégicos institucionais, além da atualização de conceitos e técnicas empregados no desenvolvimento de avaliações e controles internos.

Quanto à forma de repasse e multiplicação de conhecimentos, estão previstos os cursos com ensino predominantemente na modalidade online, sendo a maioria ofertados por órgãos da administração pública, sem quaisquer custos adicionais, e outros por instituições particulares, sempre primando pela otimização dos recursos públicos no âmbito deste Poder Judiciário.

Considerando as áreas de atuação de cada servidor em relação ao PAAI 2023, e segundo as diretrizes contidas no art. 71 da Resolução CNJ nº 309, reproduzidas no art. 80 da RESOL-GP 602020, foram priorizadas as ações de capacitação ofertadas por escolas de governo.

Ressalta-se que consta no planejamento curso de formação básica de auditores, a ser ofertado sempre que houver novos servidores na unidade de auditoria interna (art. 69, § 2º, Resolução CNJ nº 309 e art. 77 da RESOL-GP 602020).

3. CAPACITAÇÕES PREVISTAS

As capacitações definidas a seguir estabelecem um mínimo de 40 (quarenta)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

horas para cada servidor ao longo de 2023. Atende, dessa forma, à exigência contida no art. 72 da Resolução CNJ nº 309 e art. 82 da RESOL-GP 602020.

Tendo em vista as atividades previstas e os GAPs de competência dos servidores que desempenham trabalho de auditoria interna, ao que prevê o art. 25, inciso II, da RESOL-GP 602020, o PAAI para 2023 destacou as capacitações requeridas para o cumprimento do que foi planejado: IPPF; Governança e Gestão de Riscos; Consultoria; Compliance; Gestão Estratégica; Métodos Ágeis; IA-CM; Avaliação de Controles Internos; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Orçamento Público; Lei de Responsabilidade Fiscal; Legislação de pessoal; Aposentadoria; Extração e tratamento de dados; Ética; Controle e Prevenção e combate à fraude e à corrupção.

Paralelo às capacitações, alguns GAPs serão supridos através de estudo dirigido internamente, a exemplo do conhecimento do Estatuto de Auditoria Interna, do Código de Ética e do Manual de orientações técnicas da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal, adotado como manual de auditoria interna deste Poder Judiciário, nos termos do art. 86 da RESOL-GP 602020.

Em alinhamento a essas áreas de conhecimento e às competências requeridas do auditor interno, foram selecionadas as seguintes ações de capacitação:

CÓDIGO	CURSO	CARGA HORÁRIA	INSTITUIÇÃO	PERÍODO	VALOR
1	Auditoria de gestão documental: Prepare-se para ser auditado	20h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/668	Livre	Gratuito
2	Avaliação de Desempenho por Competências na Administração Pública	21h	Consultre	A definir	A definir
3	Boas Práticas Internacionais da Auditoria	10h	Grupo Portal da Auditoria	Livre	A



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

	Interna (IPPF) , in company ou online				definir
4	Compliance Concorrencial	22h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/513	Livre	Gratuito
5	COSO IC-IF	40h	IIA	A definir	A definir
6	COSO IC-IF: Estrutura Integrada de Controles Internos	10h	Portal de Auditoria	Livre	A definir
7	Curso de Execução da Estratégia	8h	Innovia	A definir	A definir
8	Fraud	24h	IIA	A definir	A definir
9	Fundamentos da Integridade Pública: Previnindo a corrupção	25h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/370/	Livre	Gratuito
10	Gestão de Pessoas	8h	SEBRAE	Livre	Gratuito
11	Gestão por Competências	40h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/175	Livre	Gratuito
12	Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	120h	https://www.cursosabeline.com.br/curso/gratis/normas-brasileiras-de-contabilidade-aplicadas-ao-setor-publico-nbcasp	Livre	Gratuito
13	Implantando o Programa de Integridade e Compliance no Setor Público	24h	IIA	A definir	A definir
14	Papéis de trabalho em auditoria governamental	16h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/792	Livre	Gratuito
15	Planejamento das Ações de Desenvolvimento com Base em Competências	21h	https://suap.enap.gov.br/portaldoaluno/curso/846/	Livre	Gratuito
16	Produtividade na Área Judiciária	40h	Provalore	A definir	A definir
17	Controle Interno e análise de risco na gestão de	14h	Portal de Auditoria	Livre	A definir



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

	processos				
18	Planejamento Estratégico para Organizações Públicas	25h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/107	Livre	Gratuito
19	Aposentadoria e Pensão de Servidores: Atualizações Conforme Emenda 103/2019	25h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/695	Livre	Gratuito
20	Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público e Sistema de Carreiras	20h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/685	Livre	Gratuito
21	Contabilidade Pública e Conformidade na Gestão	10h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/480	Livre	Gratuito
22	A Previdência Social dos Servidores Públicos: Regime Próprio e Regime de Previdência	30h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/681	Livre	Gratuito
23	Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional	25h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/604	Livre	Gratuito
24	Avaliação da Qualidade de Serviços como Base para Gestão e Melhoria de Serviços Públicos	20h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/368	Livre	Gratuito
25	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal(NRF)	30h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/341	Livre	Gratuito
26	Assédio Moral: O que saber e fazer	12h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/836	Livre	Gratuito
27	Assédio Moral	120h	https://www.ibrasfor.com.br/curso/assedio-moral	Livre	Gratuito
28	Governança de Dados	30h	https://www.escolavirtual.gov.br/curso/270	Livre	Gratuito
	Assédio moral e				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

29	assédio sexual no trabalho: naturezas, causas, implicações e possibilidades de enfrentamento.	30h	ESMAM	A definir
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------	-----	-------	-----------

Cada servidor destinará horas em ações de capacitação, conforme quadro prioritário a seguir, o que não exclui as escolhas de interesse pessoal. Alguns cursos previstos de forma individual foram sugestão dos próprios servidores e também indicação por parte da Diretora de Auditoria Interna, na busca do aperfeiçoamento e melhoria do trabalho da unidade.

DIRETORIA DE AUDITORIA INTENA				
SERVIDOR	MATRÍCULA	ATIVIDADE	CAPACITAÇÕES NECESSÁRIAS	CURSOS PREVISTOS
Daniela Oliveira de Araújo Vieira	114090	Apoio ao desenvolvimento de software para o gerenciamento das atividades da Diretoria de Auditoria Interna (Sistema G-Aud)	Governança e gestão de riscos	5, 8, 9, 13 e 14
		Consultoria para implantação do plano de ação do PNPC	Métodos ágeis	
		Implantação do Programa de Avaliação da Qualidade, com a realização de Avaliações Internas do tipo Monitoramento Contínuo e Autoavaliação Periódica	Desenvolvimento e implantação de softwares	
		Padronização dos papéis de trabalho da Diretoria de Auditoria Interna	IPPF'S E MOT CGU	
			Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna	
			Consultoria;	
			Governança Corporativa;	
			COSO-ERM;	
		Consultoria para implantação do plano de ação do PNPC	Governança e gestão de riscos	
		Implantação do Programa de Avaliação da Qualidade, com a realização de Avaliações Internas do tipo Monitoramento Contínuo e	Métodos ágeis	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Isabel Cristina Viana Costa	109165	Autoavaliação Periódica	IPPF'S E MOT CGU	1, 14 e 24
		Padronização dos papéis de trabalho da Diretoria de Auditoria Interna	Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna Consultoria; Governança Corporativa; COSO-ERM;	
Jurema Mamede de Paiva Santos	107318	CAE (Chief Audit Executive)	IPPF	2, 7, 10, 11, 15, 16, 18, 20, 23, 26, 27 e 29
		Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2024 com base em riscos	Governança e gestão de riscos Métodos ágeis IA-CM Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna Consultoria	
Lanúzia Pires Carvalho	128967	Emissão de Parecer Técnico	Governança e gestão de riscos	1, 2, 7, 8, 9, 14, 15, 18, 19 e 22
		Consultoria para implantação do plano de ação do PNPC	Métodos ágeis	
		Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2024 com base em riscos	Aposentadoria	
		Elaboração do Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna - PAC-Aud para 2024	Consultoria	
		Padronização dos papéis de trabalho da Diretoria de Auditoria Interna	Legislação de pessoal	
Relatório Anual de Atividades ao Plenário	COSO-ERM;			
Larissa Goretti Moura Freitas	156448	Consultoria para implantação do plano de ação do PNPC	Governança e gestão de riscos	1, 2, 5, 6, 9, 17, 18, 19, 22 e 28
		Elaboração de Relatórios de Atividades da unidade	Métodos ágeis	
		Emissão de Parecer Técnico	Aposentadoria	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

de Matos		Padronização dos papéis de trabalho da Diretoria de Auditoria Interna	Consultoria Legislação de pessoal COSO-ERM;	
Sueli do Socorro Freitas de Carvalho	132803	Avaliação da Gestão da Capacitação e Desenvolvimento Avaliação da Produtividade Judiciária Consultoria para implantação do plano de ação do PNPC Emissão de Parecer Técnico	Governança e gestão de riscos Métodos ágeis Aposentadoria Consultoria Legislação de pessoal COSO-ERM;	2, 10, 11, 15, 16, 19, 20, 22 e 29

COORDENADORIA DE AUDITORIA

SERVIDOR	MATRÍCULA	ATIVIDADE	CAPACITAÇÕES NECESSÁRIAS	CURSOS PREVISTOS
Anna Grace de Oliveira Cardoso Sousa	99499	Apoio ao desenvolvimento de software para o gerenciamento das atividades da Diretoria de Auditoria Interna (Sistema G-Aud)	IPPF Auditoria em geral	2, 10, 11, 15, 16 e 20
		Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022	Governança e gestão de riscos	
		Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2023	Métodos ágeis	
		Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2023	Orçamento Público	
		Avaliação da Produtividade Judiciária	Lei de Responsabilidade Fiscal	
		Avaliação da Gestão de Capacitação e Desenvolvimento	Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna	
		Elaboração do Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna - PAC-Aud para 2024	Extração e tratamento de dados	
Relatório da auditoria interna compondo a Prestação de Contas ao TCE/MA	Curso Auditoria			



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

			Desenvolvimento e implantação de softwares	
			IPPF'S E MOT CGU	
Augusto Cesar Maia Araújo Junior	102913	Avaliação da Produtividade Judiciária	IPPF'S E MOT CGU	5, 6 e 17
		Avaliação da Gestão de Capacitação e Desenvolvimento	Governança e gestão de riscos Métodos ágeis Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna	
Janaína Coelho Serra de Amorim	107763	Avaliação da Gestão de Capacitação e Desenvolvimento	IPPF'S E MOT CGU	16 e 20
		Avaliação da Produtividade Judiciária	Governança e gestão de riscos Métodos ágeis Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna	
Lucas de Oliveira Bittencourt	173013	Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022	IPPF'S E MOT CGU Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna Lei de Responsabilidade Fiscal	16 e 25
		Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2023		
		Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2023		
		Avaliação da Gestão da Capacitação e Desenvolvimento		
		Avaliação da Produtividade Judiciária		
		Relatório da auditoria interna compoendo a Prestação de Contas ao TCE/MA		
Márcia Cristina Ferro Carvalho	129577	Avaliação da Gestão da Capacitação e Desenvolvimento	IPPF'S E MOT CGU	2, 3, 5, 6, 10, 11, 15, 16, 20, 23, 24 e 28
		Avaliação da Produtividade Judiciária	Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna	
		Avaliação da Gestão de Capacitação e Desenvolvimento	IPPF'S E MOT CGU	
		Avaliação da Produtividade Judiciária	Governança e gestão de riscos	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Stenio Leonardo Ramos Ribeiro	175133	Relatório da auditoria interna com o compo da Prestação de Contas ao TCE/MA	Métodos ágeis Avaliação e melhoria da qualidade da auditoria interna Lei de Responsabilidade Fiscal	11, 20, 23 e 24
-------------------------------	--------	-----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------

COORDENADORIA DE AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS E MONITORAMENTO				
SERVIDOR	MATRÍCULA	ATIVIDADES	CAPACITAÇÕES NECESSÁRIAS	CURSOS PREVISTOS
Aline dos Santos Bastos Silva	175091	Monitoramento das recomendações de auditorias realizadas	IPPF'S e MOT CGU Métodos ágeis Extração e tratamento de dados Excel ou outra planilha eletrônica	1, 11, 18 e 26
Carlos Rodrigues Santos	150888	Apoio à estruturação e implementação da Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance	COSO ERM ISO 31.000 Compliance Gestão de Projetos	4, 5, 6 e 13
Djanne de Oliveira Soares	101899	Auditoria Coordenada pelo CNJ: "Política contra Assédio e Discriminação" Avaliação da Execução da Estratégia	Auditoria em geral Gestão Estratégica Gestão de projetos Assédio moral e assédio sexual no trabalho: naturezas, causas, implicações e possibilidades de enfrentamento.	7, 9, 13, 16, 17, 23, 24, 26, 27 e 29
		Consultoria para implantação do plano de ação do PNPC	IPPF	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

Leandro Barbosa Amorim	158725	Implantação do Programa de Avaliação da Qualidade, com a realização de Avaliações Internas do tipo Monitoramento Contínuo e Autoavaliação Periódica	Métodos ágeis Exatidão e tratamento de dados	2, 3, 4, 6, 8, 9, 13, 17, 19, 22, 24 e 26
		Monitoramento das recomendações de auditorias realizadas	Excel ou outra planilha eletrônica planilha eletrônica Avaliação e Melhoria da Qualidade da auditoria interna Consultoria COSO ERM	
Luciana Siqueira Pontes	136358	Auditoria Coordenada pelo CNJ: "Política contra Assédio e Discriminação"	Auditoria em geral Avaliação de controles internos	7, 13, 14, 15, 26, 27 e 29
		Avaliação da Execução da Estratégia	Gestão Estratégica Gestão de projetos Assédio moral e assédio sexual no trabalho: naturezas, causas, implicações e possibilidades de enfrentamento.	
Patrícia Fonseca Pereira dos Santos	139840	Auditoria Coordenada pelo CNJ: "Política contra Assédio e Discriminação"	Auditoria em geral	2, 3, 4, 5, 6, 7, 16, 17, 18, 23 e 29
		Avaliação da Execução da Estratégia	Gestão Estratégica	
		Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2024 com base em riscos	Gestão de projetos Governança e gestão de riscos	
		Monitoramento das recomendações de auditorias realizadas	Assédio moral e assédio sexual no trabalho: naturezas, causas, implicações e possibilidades de enfrentamento.	

4. RESPONSABILIDADE PELO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



Em atenção ao princípio da competência, previsto no Código de Ética da Auditoria Interna (RESOL-GP 612020), o auditor interno deve atuar em conformidade com as normas internacionais para a prática profissional de auditoria interna, buscando a melhoria contínua em proficiência, eficácia e qualidade de seus serviços. Deve ainda buscar os necessários conhecimentos e habilidades para a execução dos trabalhos.

Dessa forma, cada servidor incluído no presente PAC-Aud realizará o gerenciamento de seus cursos, sob a supervisão da Diretora de Auditoria Interna, informando à Divisão de Cadastro o mínimo de 40h (quarenta horas) de ações de treinamento realizadas em 2023, para fins de registro no sistema MENTORH e cômputo das horas de capacitação exigidas no Estatuto de Auditoria Interna da DAI (RESOL-GP 602020) e no Plano Anual de Auditoria Interna para 2023.

Nas auditorias ou demais atividades em que o conhecimento requerido pressupõe a realização de curso, o certificado deverá ser encaminhado à Diretora de Auditoria Interna antes de seu início.

5. SUBMISSÃO À UNIDADE RESPONSÁVEL POR CAPACITAÇÃO

Nos termos do art. 78 da RESOL-GP 602020, alinhado ao art. 70 da Resolução CNJ nº 309, o PAC-Aud deverá ser submetido à ESMAM e à unidade responsável pela contratação de cursos e eventos do órgão imediatamente após a aprovação do PAAI pelo Presidente do Tribunal. A aprovação do PAAI para 2023 ocorreu através de ATO DA PRESIDENCIA GP 882022.

A importância da capacitação do auditor interno é tamanha que o art. 70, § 2º, da Resolução CNJ nº 309, reproduzida no art. 78, parágrafo único, da RESOL-GP



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Tribunal de Justiça
Diretoria de Auditoria Interna

602020, prevê que "a não contratação de cursos constantes no plano poderá implicar cancelamento de auditorias ou consultorias, por incapacidade técnica da equipe de auditoria interna".

Nesses termos, submetemos o presente PAC-Aud ao conhecimento e providências por parte da ESMAM e da Diretoria de Recursos Humanos, quanto aos cursos que possuem investimento, com ciência prévia do Presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretora de Auditoria Interna
Diretoria de Auditoria Interna
Matrícula 107318

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/12/2022 23:06 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

